

Sumário

Capítulo I ► DIREITO TRIBUTÁRIO	27
1. Definição	27
2. Relação com outros ramos do direito	28
3. Atividade financeira do Estado	29
4. Fontes do direito tributário	30
4.1. Constituição	31
4.2. Lei complementar	32
4.3. Lei ordinária	34
4.3.1. Iniciativa de lei em matéria tributária	34
4.3.2. Atos do Poder Executivo federal majoradores de alíquotas de tributos	36
4.4. Lei delegada	36
4.5. Medida provisória	37
4.6. Tratado internacional	38
4.7. Decreto legislativo	39
4.8. Convênio	39
4.9. Norma regulamentar	39
4.10. Norma complementar	40
4.11. Efeitos decorrentes da observância às normas complementares	41
5. Legislação tributária	42
 Capítulo II ► TRIBUTO	 43
1. Definição	43
1.1. Natureza jurídica	44
1.2. Denominação	45
1.3. Destinação	46
1.4. Características dos tributos quanto à sua finalidade	46
1.5. Classificações relevantes de tributo	47
2. Tipologia	53
2.1. Imposto	53
2.2. Taxa	55
2.2.1. Conceito	55
2.2.2. Vedação de base de cálculo idêntica a de impostos	57
2.2.3. Tipologia das taxas	59
2.2.4. Taxa decorrente da prestação de serviço público	59

2.2.5. Distinção entre taxa e preço público	61
2.2.6. Custas e emolumentos	62
2.2.7. Taxa relativa ao exercício regular do poder de polícia	63
2.3. Contribuição de melhoria	64
2.4. Empréstimo compulsório	67
2.5. Contribuições especiais.....	68
2.6. Pedágio.....	69
Capítulo III ► PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO	71
1. Definição	71
2. Princípios constitucionais gerais	71
3. Princípios constitucionais tributários expressos	72
3.1. Capacidade contributiva	72
3.2. Legalidade	74
3.2.1. Conteúdo do princípio da legalidade	74
3.2.2. Exceções ao princípio da legalidade.....	76
3.3. Isonomia	77
3.4. Irretroatividade	77
3.4.1. Normas tributárias retroativas	78
3.5. Anterioridade	80
3.5.1. Exceções ao princípio da anterioridade	81
3.5.2. Distinção do princípio da anualidade	82
3.6. Anterioridade nonagesimal.....	82
3.7. Vedação ao confisco	84
3.8. Não limitação ao tráfego de pessoas e bens.....	85
3.9. Transparência	86
3.10. Uniformidade geográfica	86
3.11. Não discriminação em razão da procedência ou do destino	87
3.12. Novos princípios do sistema tributário nacional.....	87
4. Outros princípios relevantes.....	88
4.1. Tipicidade tributária	88
4.2. “Non olet”	88
4.3. Proporcionalidade.....	89
4.4. Federalismo	90
4.5. Simetria	91
4.6. Discriminação das competências tributárias.....	91
4.7. Responsabilidade fiscal.....	91
4.8. Não surpresa	92
4.9. Direito adquirido.....	92
5. Princípios constitucionais específicos a certos impostos.....	92

Capítulo IV ► SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO.....	93
1. Competência tributária	93
2. Capacidade tributária ativa	94
2.1. Atribuição delegável.....	95
2.2. Atribuição não legislativa	95
2.3. Privilégios processuais.....	95
2.4. Atribuição revogável	97
2.5. Atribuição a pessoa jurídica de direito privado	97
3. Tipologia da competência tributária.....	98
3.1. Competência comum.....	98
3.2. Competência privativa	98
3.3. Competência cumulativa	99
3.4. Competência residual	99
3.5. Competência extraordinária	100
3.5.1. Iminência ou guerra externa	100
3.5.2. Impostos.....	100
3.5.3. Compreendidos ou não na competência da União	101
3.5.4. Supressão gradual	101
4. Atribuição constitucional de competências tributárias	101
5. Limitações constitucionais ao poder de tributar	102
5.1. Princípios constitucionais tributários.....	103
5.2. Imunidades.....	103
5.3. Limitações infraconstitucionais ao poder de tributar	103
6. Normas gerais de direito tributário	103
7. Repartição de receitas tributárias.....	105
7.1. Sistemática de repartição	106
7.1.1. Receitas não repartidas.....	107
7.1.2. Repartição direta	108
7.1.3. Repartição indireta	111
7.2. Controles complementares	115
 Capítulo V ► IMUNIDADE TRIBUTÁRIA	 117
1. Definição	117
2. Distinção entre imunidade, isenção e não incidência	118
2.1. Não incidência	118
2.2. Não incidência constitucionalmente qualificada	119
2.3. Isenção	119
2.4. “Isenção constitucional”	119
3. Tipologia das imunidades	119
3.1. Imunidades genéricas e específicas	120
3.2. Imunidades excludentes e incisivas	121
3.3. Imunidades subjetivas e objetivas	121

3.4. Imunidades explícitas e implícitas	123
3.5. Imunidades incondicionadas e condicionadas.....	123
4. Imunidades em espécie	125
4.1. Imunidade recíproca	125
4.1.1. Extensão da imunidade recíproca	126
4.1.2. Restrições ao alcance da imunidade recíproca	126
4.2. Imunidade religiosa.....	128
4.3. Imunidades genéricas	129
4.3.1. Imunidade dos partidos políticos e de suas fundações.....	130
4.3.2. Imunidade das entidades sindicais dos trabalhadores	130
4.3.3. Imunidade das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos	131
4.4. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e papel de sua impressão	132
4.5. Imunidade das músicas nacionais	133
4.6. Imunidades de taxas e de contribuições	134
4.6.1. Imunidade de taxas	134
4.6.2. Imunidade de contribuições	135
4.7. Imunidades específicas aos impostos	136
4.7.1. Imposto sobre Produtos Industrializados	136
4.7.2. Imposto Territorial Rural.....	136
4.7.3. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.....	136
4.7.4. Imposto sobre Serviços	136
4.7.5. Imposto sobre Transmissão “inter vivos” de Bens Imóveis	137
4.7.6. Tributação exclusiva.....	137
4.7.7. Quaisquer impostos	138
Capítulo VI ► VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	139
1. Validade	139
2. Vigência	139
2.1. Vigência espacial.....	140
2.2. Vigência temporal	140
3. Eficácia.....	142
3.1. Conceitos gerais	142
3.2. Restrições constitucionais	143
3.2.1. Princípio da anterioridade	144
3.2.2. Princípio da anterioridade nonagesimal.....	145
4. Aplicação	146
4.1. Aplicação imediata.....	147
4.2. Aplicação retroativa	147
4.2.1. Retroatividade da lei interpretativa	148
4.2.2. Retroatividade benigna	149

Capítulo VII ► INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	151
1. Interpretação	151
1.1. Interpretação literal.....	153
1.2. Interpretação benigna.....	154
1.3. Utilização de institutos, conceitos, formas e princípios gerais do direito privado	154
2. Integração.....	155
2.1. Analogia	156
2.2. Princípios gerais de direito tributário	157
2.3. Princípios gerais de direito público.....	157
2.4. Equidade	158
Capítulo VIII ► OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	161
1. Definição e natureza jurídica	161
1.1. Conceitos gerais	161
1.2. Natureza jurídica “ex lege”	162
2. Obrigação principal	163
3. Obrigação acessória	163
3.1. Mitigação do princípio da reserva legal.....	164
3.2. Natureza jurídica da obrigação acessória	164
3.3. “Conversão” em obrigação principal	165
4. Fato gerador.....	165
4.1. Momento da ocorrência do fato gerador	166
4.2. Norma geral antielisão.....	167
4.3. Negócios jurídicos condicionais	169
4.4. Princípio do “non olet”	170
4.5. Presunções, indícios e ficções	171
5. Tipologia da sujeição	172
5.1. Sujeito ativo.....	172
5.1.1. Conceitos gerais.....	172
5.1.2. Desmembramento territorial do ente tributante.....	173
5.2. Sujeito passivo	174
5.2.1. Sujeito passivo da obrigação principal	174
5.2.2. Não oposição de convenções particulares contra o fisco.....	175
6. Solidariedade	177
6.1. Benefício de ordem.....	178
6.2. Efeitos da solidariedade.....	178
7. Capacidade passiva	179
8. Domicílio tributário	181
Capítulo IX ► RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....	183
1. Definição.....	183
2. Tipologia da responsabilidade tributária.....	184

2.1. Gradação da responsabilidade tributária	185
2.2. Substituição tributária	186
2.2.1. Substituição tributária “para frente”	186
2.2.2. Substituição tributária “para trás”	188
3. Responsabilidade tributária no CTN	189
3.1. Responsabilidade por sucessão	189
3.1.1. Adquirente de bem imóvel.....	190
3.1.2. Adquirente ou remitente de bem móvel	192
3.1.3. Sucessão “causa mortis”	192
3.1.4. Sucessão empresarial.....	195
3.1.5. Sucessão de fundo de comércio ou de estabelecimento.....	197
3.2. Responsabilidade de terceiros.....	200
3.2.1. Responsabilidade subsidiária.....	201
3.2.2. Responsabilidade pessoal	201
3.2.3. Responsabilidade pessoal dos sócios.....	203
3.3. Responsabilidade por infrações	205
Capítulo X ► LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO	207
1. Definição e natureza jurídica	207
1.1. Competência privativa	207
1.2. Procedimento administrativo.....	208
1.3. Verificação da ocorrência do fato gerador	209
1.4. Determinação da matéria tributável	209
1.5. Cálculo do montante do tributo devido	209
1.6. Identificação do sujeito passivo	209
1.7. Aplicação da penalidade cabível.....	209
1.8. Atividade vinculada e obrigatória	210
1.9. Expressão monetária do lançamento.....	210
2. Legislação aplicável.....	210
2.1. Retroatividade benigna.....	211
2.2. Regras procedimentais	211
2.3. Impostos lançados por período certo de tempo.....	212
3. Modificação dos critérios jurídicos de lançamento	213
4. Modalidades de lançamento	214
4.1. Lançamento de ofício	214
4.1.1. Arbitramento.....	215
4.1.2. Auto de infração	216
4.2. Lançamento por declaração	217
4.2.1. Conceitos gerais.....	217
4.2.2. Distinção entre lançamentos: por homologação e por declaração	218
4.3. Lançamento por homologação.....	218
4.4. Crédito constituído sem lançamento	220

5. Hipóteses de alteração do lançamento	221
Capítulo XI ► CRÉDITO TRIBUTÁRIO	223
1. Definição	223
2. Natureza jurídica: as teorias monista e dualista	223
3. Autonomia	224
4. Constituição definitiva.....	224
4.1. Lançamento regularmente notificado	224
4.2. Julgamento definitivo das objecções que impedem a exigibilidade do crédito administrativo	225
5. Exigibilidade	226
Capítulo XII ► SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	229
1. Modalidades.....	229
1.1. Conceitos gerais	229
1.2. Cumprimento de obrigações acessórias	230
2. Moratória.....	230
2.1. Definição	230
2.2. Reserva de lei	231
2.3. Classificação	231
2.3.1. Moratória em carácter geral.....	231
2.3.2. Moratória em carácter individual	232
2.4. Requisitos	233
2.5. Créditos abrangidos	233
2.6. Vedação à concessão do benefício	233
3. Depósito do montante integral.....	234
3.1. Depósito judicial.....	234
3.2. Depósito recursal	235
4. Reclamações e recursos no processo administrativo tributário	236
5. Parcelamento	237
6. Concessão de medida liminar ou de tutela antecipada.....	238
Capítulo XIII ► EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	241
1. Modalidades de extinção.....	241
2. Pagamento	243
2.1. Local e tempo	243
2.2. Desconto	244
2.3. Mora	244
2.4. Meios de pagamento	244
2.5. Imputação de pagamento	245
3. Homologação do pagamento antecipado.....	246
4. Prazos extintivos do crédito tributário.....	247
4.1. Conceitos gerais	247

4.2. Prescrição e decadência no direito privado	248
4.3. Prescrição e decadência no CTN	251
5. Decadência	251
5.1. Conceito	251
5.2. Contagem do prazo decadencial	251
5.2.1. Primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado	252
5.2.2. Da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento	252
5.2.3. Da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado	253
5.2.4. Da data do fato gerador, para os tributos sujeitos a homologação	254
5.2.5. Prazos decadenciais para os tributos sujeitos a homologação do lançamento ..	255
6. Prescrição	255
6.1. Conceito	255
6.2. Início do prazo de prescrição	256
6.3. Interrupção do prazo prescricional	257
6.3.1. Despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal	258
6.3.2. Protesto	258
6.3.3. Qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor	258
6.3.4. Qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do débito pelo devedor	259
6.4. Suspensão do prazo prescricional	259
6.4.1. Hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário	259
6.4.2. Anulação, por motivo de dolo ou simulação, de moratória, parcelamento, remissão, isenção e anistia concedidos em caráter individual	260
6.5. Casos de suspensão do prazo prescricional inaplicáveis em matéria tributária	261
6.5.1. A inscrição do crédito tributário em dívida ativa	262
6.5.2. A suspensão do prazo prescricional na nova Lei de Falências	262
6.6. Prescrição intercorrente	263
6.6.1. Prescrição intercorrente no processo administrativo	263
6.6.2. Prescrição intercorrente no processo executivo fiscal	263
7. Compensação	264
7.1. Conceitos gerais	264
7.2. Regimes constitucionais específicos de compensação	266
7.2.1. Impostos não cumulativos	266
7.2.2. Precatórios judiciais	267
7.2.3. Vedação à compensação	267
8. Transação	267
9. Remissão	269
9.1. Limitações à remissão	269
9.2. Hipóteses de cabimento	270

9.3. Anulação da remissão concedida.....	271
10. Dação em pagamento em bens imóveis.....	272
11. Conversão de depósito em renda.....	272
12. Consignação em pagamento.....	273
13. Decisão administrativa irreformável.....	275
14. Decisão judicial passada em julgado.....	275
15. Modalidades de extinção não previstas no CTN.....	276
15.1. Confusão.....	276
15.2. Impossibilidade de cumprimento da obrigação.....	277
15.3. Novação.....	277
Capítulo XIV ► REPETIÇÃO DO INDÉBITO.....	279
1. Definição e natureza jurídica.....	279
2. Hipóteses de restituição.....	280
3. Restituição de tributos indiretos.....	281
3.1. Conceitos gerais.....	281
3.2. Critério identificador da repercussão.....	282
4. Restituição dos acréscimos legais.....	282
4.1. Juros sobre o indébito.....	283
4.2. Atualização monetária do indébito.....	283
5. Restituição na substituição tributária “para frente”.....	284
6. Extinção do direito à restituição.....	284
6.1. Conceitos gerais.....	284
6.2. Prazo para anular ato administrativo denegatório.....	285
6.3. Restituição de tributos inconstitucionais.....	288
7. Restituição de débitos prescritos.....	288
8. Restituição de IRRF.....	289
Capítulo XV ► EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	291
1. Definição.....	291
1.1. Cumprimento de obrigações acessórias.....	292
1.2. Limitações às leis instituidoras de benefícios fiscais.....	292
1.2.1. Limitações constitucionais.....	292
1.2.2. Limitação de Responsabilidade Fiscal.....	295
2. Isenção.....	297
2.1. Definição e natureza jurídica.....	297
2.2. Isenção e princípios constitucionais tributários.....	297
2.2.1. Isenção e isonomia.....	297
2.2.2. Isenção e uniformidade geográfica.....	298
2.3. Tipologia.....	298
2.3.1. Conceitos doutrinários.....	298
2.3.2. Isenção em caráter individual.....	299

2.3.3. Isenção “por contrato”	301
2.4. Caráter não extensivo da isenção	301
2.5. Revogabilidade.....	301
2.5.1. Conceitos gerais.....	301
2.5.2. Revogação e princípio da anterioridade	303
2.6. Distinção de outros institutos.....	304
2.6.1. Distinção da não incidência.....	304
2.6.2. Distinção da imunidade.....	304
2.6.3. Distinção da “alíquota zero”	305
2.6.4. Distinção da “isenção constitucional”	305
3. Anistia	306
3.1. Definição e natureza jurídica	306
3.2. Vedação à concessão	306
3.3. Tipologia	307
3.3.1. Anistia em caráter geral	307
3.3.2. Anistia em caráter limitado	307
Capítulo XVI ► GARANTIAS E PREFERÊNCIAS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	309
1. Garantias	309
1.1. Responsabilidade patrimonial	310
1.2. Bens impenhoráveis por determinação legal	310
1.3. Presunção relativa de fraude	312
1.4. Indisponibilidade de bens e direitos	314
2. Preferências	315
2.1. Preferência geral do crédito tributário	315
2.2. Preferência em caso de falência	315
2.2.1. Créditos extraconcursais	316
2.2.2. Multas tributárias.....	317
2.3. Inventário, arrolamento, liquidação de pessoa jurídica.....	318
2.4. Não sujeição a concurso e a habilitação	318
2.4.1. Conceitos gerais.....	318
2.4.2. Penhora de bens.....	320
2.5. Concurso de preferências.....	320
2.6. Quitação.....	321
Capítulo XVII ► ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	323
1. Introdução	323
2. Fiscalização.....	323
2.1. Alcance.....	324
2.2. Limites aos poderes da fiscalização	324
2.2.1. Inviolabilidade do estabelecimento	325
2.2.2. Sigilo de correspondência	326

2.2.3. Direito ao silêncio	326
2.2.4. Constrição oblíqua para o pagamento de tributos	326
2.3. Conservação dos livros de interesse da fiscalização	327
2.4. Termo de início de ação fiscal	327
2.4.1. Consequências da lavratura	327
2.4.2. Prazo máximo para conclusão da fiscalização.....	328
2.5. Intimações escritas.....	328
2.5.1. Dever de informar	328
2.5.2. Sigilo bancário.....	329
2.6. Permuta de informações entre Fazendas Públicas	330
2.6.1. Prova emprestada	330
2.6.2. Permuta internacional de informações.....	331
2.7. Requisição de forças públicas	331
3. Sigilo tributário.....	332
3.1. Ressalvas ao sigilo tributário	332
3.2. Não submissão ao sigilo tributário	333
3.3. Sigilo bancário	334
4. Dívida ativa.....	335
4.1. Definição.....	335
4.2. Consequências da inscrição em dívida ativa	335
4.2.1. Exequibilidade.....	335
4.2.2. Presunção de certeza e liquidez.....	336
4.2.3. Não suspensão do prazo prescricional.....	338
4.3. Requisitos da certidão de dívida ativa	338
5. Certidão negativa	339
5.1. Prazo para expedição.....	340
5.2. Certidão positiva com efeito de negativa	340
5.3. Certidão expedida com dolo ou fraude	341
6. Disposições finais do CTN.....	341
Capítulo XVIII ► INFRAÇÕES E DELITOS TRIBUTÁRIOS	343
1. Tipologia das infrações tributárias	343
2. Direito tributário penal e direito penal tributário	344
3. Tipologia das sanções tributárias.....	344
3.1. Interpretação benigna das sanções tributárias	345
3.2. Limite à imposição de penalidades pecuniárias.....	346
4. Responsabilidade por infrações tributárias.....	346
4.1. Responsabilidade pessoal do agente.....	347
4.2. Denúncia espontânea.....	348
4.2.1. Observações sobre a denúncia espontânea.....	349
5. Delitos tributários.....	351
5.1. Tipologia dos delitos tributários.....	352

5.1.1. Crimes contra a ordem tributária praticados por particulares.....	352
5.1.2. Crimes contra a ordem tributária praticados por funcionários públicos	355
5.1.3. Apropriação indébita previdenciária	356
5.1.4. Sonegação de contribuição previdenciária.....	357
5.2. Extinção da punibilidade.....	358
5.2.1. Lei 10.684/2003	358
5.3. Inexigibilidade de conduta diversa	360
5.4. Princípio da insignificância.....	360
5.5. Condição objetiva de punibilidade.....	361
5.6. Inadmissibilidade de denúncia genérica.....	362
Capítulo XIX ► IMPOSTOS FEDERAIS.....	363
1. Imposto de importação	363
1.1. Fato gerador.....	363
1.2. Contribuintes e responsáveis	364
1.3. Base de cálculo	364
1.4. Alíquotas	365
1.5. Lançamento	366
1.6. Extrafiscalidade	366
1.7. Tributação exclusiva	367
2. Imposto de exportação.....	367
2.1. Fato gerador.....	367
2.2. Contribuintes e responsáveis	367
2.3. Base de cálculo	367
2.4. Alíquotas.....	368
2.5. Lançamento	369
2.6. Extrafiscalidade	369
2.7. Tributação exclusiva	370
3. Imposto de renda	370
3.1. Fato gerador.....	370
3.2. Contribuintes e responsáveis	373
3.3. Base de cálculo	373
3.4. Alíquotas.....	374
3.5. Lançamento	374
4. Imposto sobre produtos industrializados	375
4.1. Fato gerador.....	375
4.2. Contribuintes e responsáveis	376
4.3. Base de cálculo	376
4.4. Alíquotas.....	377
4.5. Lançamento	378
4.6. Não cumulatividade	378
4.7. Extrafiscalidade	379

4.8. Imunidade	379
5. Imposto sobre operações financeiras.....	379
5.1. Fato gerador.....	379
5.1.1. Operações de crédito	380
5.1.2. Operações de câmbio.....	380
5.1.3. Operações de seguro.....	380
5.1.4. Operações relativas a títulos e valores mobiliários	380
5.2. Contribuintes e responsáveis	380
5.3. Base de cálculo	381
5.4. Alíquotas	381
5.5. Lançamento	382
5.6. Extrafiscalidade	382
5.7. Imunidade	382
6. Imposto sobre a propriedade territorial rural	382
6.1. Fato gerador.....	382
6.2. Contribuintes e responsáveis	383
6.3. Base de cálculo	384
6.4. Alíquotas	384
6.5. Lançamento	384
6.6. Extrafiscalidade	385
6.7. Imunidade	385
7. Imposto sobre grandes fortunas	385
8. Impostos residuais.....	385
9. Imposto Seletivo.....	386
Capítulo XX ► IMPOSTOS ESTADUAIS.....	389
1. Imposto sobre a transmissão “causa mortis” e doação	389
1.1. Fato gerador.....	389
1.2. Competência.....	391
1.3. Contribuintes e responsáveis	393
1.4. Base de cálculo	393
1.5. Alíquotas.....	394
1.6. Lançamento	395
1.7. Extrafiscalidade	395
1.8. Imunidade	395
2. Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interes- tadual, intermunicipal e de comunicação.....	397
2.1. Fato gerador.....	397
2.1.1. Conceitos gerais.....	397
2.1.2. Incidência na importação	398
2.1.3. Mercadorias fornecidas com serviços não tributáveis pelo ISS	399
2.1.4. Incidência unifásica sobre combustíveis e lubrificantes.....	400

2.1.5. Outros casos específicos	401
2.2. Contribuintes e responsáveis	402
2.3. Base de cálculo	402
2.4. Não cumulatividade	404
2.5. Alíquotas.....	405
2.5.1. Alíquotas interestaduais e de exportação	406
2.5.2 Alíquotas máximas e mínimas	407
2.5.3. Alíquotas internas e interestaduais	407
2.5.4. Alíquotas para consumidor final de outro estado.....	407
2.5.5. Destinação da diferença de alíquotas	408
2.6. Lançamento	408
2.7. Extrafiscalidade	408
2.8. Imunidade	410
2.9. Competência da lei complementar sobre ICMS.....	411
2.10. Convênios de ICMS	412
3. Imposto sobre propriedade de veículos automotores.....	414
3.1. Fato gerador.....	414
3.2. Contribuintes e responsáveis	415
3.3. Base de cálculo	415
3.4. Alíquotas.....	416
3.5. Extrafiscalidade	417
3.6. Imunidade	417
Capítulo XXI ► IMPOSTOS MUNICIPAIS.....	419
1. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	419
1.1. Fato gerador.....	419
1.1.1. Propriedade	419
1.1.2. Domínio útil.....	420
1.1.3. Posse	420
1.1.4. Bem imóvel por natureza ou acessão física	420
1.1.5. Zona urbana.....	421
1.1.6. Natureza do imposto	422
1.2. Contribuintes e responsáveis	422
1.2.1. Contribuintes.....	422
1.2.2. Responsáveis	424
1.3. Base de cálculo	424
1.4. Alíquotas.....	425
1.5. Lançamento	426
1.6. Extrafiscalidade	427
1.6.1. Direito ambiental tributário.....	428
1.6.2. IPTU-sanção	428
1.7. Imunidade	428

2. Imposto sobre transmissão “inter vivos” de bens imóveis.....	429
2.1. Competência.....	429
2.2. Fato gerador.....	429
2.3. Contribuintes e responsáveis	431
2.4. Base de cálculo	431
2.5. Alíquotas.....	433
2.6. Lançamento	434
2.7. Extrafiscalidade	434
2.8. Imunidade	434
3. Imposto sobre serviços de qualquer natureza.....	435
3.1. Competência.....	435
3.2. Fato gerador.....	436
3.2.1. Lista de serviços tributáveis.....	436
3.2.2. Serviço tributável.....	438
3.2.3. Não incidência.....	440
3.3. Contribuintes e responsáveis	441
3.4. Base de cálculo	442
3.5. Alíquotas.....	443
3.6. Lançamento	444
3.7. Extrafiscalidade	444
3.8. Imunidade	444
4. Impostos distritais e controle concentrado de constitucionalidade	445
Capítulo XXII ► IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS.....	447
1. Competência.....	447
2. Fato gerador.....	448
3. Contribuintes e responsáveis	448
4. Base de cálculo	449
5. Não cumulatividade	449
6. Alíquotas.....	449
7. Alíquota zero na contratação pública.....	450
8. Lançamento	451
9. “Cashback”	451
10. Extrafiscalidade	452
11. Imunidade.....	452
12. Vedação a incentivos e benefícios.....	452
13. Competência da lei complementar sobre IBS.....	452
14. Comitê Gestor do IBS.....	455
Capítulo XXIII ► CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS.....	457
1. Conceitos gerais	457
2. Contribuições para custeio da seguridade social	459

2.1. Contribuições sociais do art. 195 da Constituição.....	460
2.1.1. Contribuições sociais do empregador e equiparados.....	462
2.1.2. Contribuições sociais do trabalhador e segurados	464
2.1.3. Contribuições sociais de concursos de prognósticos	465
2.1.4. Contribuições sociais do importador e equiparados	465
2.1.5. Contribuição sobre resultado da produção.....	465
2.2. Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)	465
2.3. Regras constitucionais das contribuições sociais	469
2.3.1. Anterioridade nonagesimal	469
2.3.2. Imunidade das entidades beneficentes de assistência social	469
2.3.3. Diferenciação de alíquotas e bases de cálculo.....	470
2.3.4. Vedação de remissão e anistia	470
2.3.5. Não cumulatividade	470
3. Contribuição social do salário educação.....	471
4. Contribuições ao PIS/Pasep.....	471
5. Contribuições ao “Sistema S”	472
6. Contribuições sociais residuais.....	473
7. Contribuições de intervenção no domínio econômico.....	474
8. Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas	475
9. Contribuição para custeio do regime próprio de previdência dos servidores públicos.....	476
10. Contribuição para custeio de iluminação pública e de Monitoramento de Ruas	477
Capítulo XXIV ► SIMPLES NACIONAL	481
1. Introdução	481
2. Principais implicações na tributação	482
2.1. Alcance da norma.....	482
2.2. Conceito de microempresa e empresa de pequeno porte	482
2.3. Instâncias gestoras.....	484
2.4. Instituição do Simples Nacional	485
2.5. Vedações à opção pelo Simples Nacional	487
2.6. Alíquotas, base de cálculo e recolhimento	488
2.7. Obrigações acessórias.....	489
2.8. Exclusão do Simples Nacional	489
2.9. Fiscalização.....	490
2.10. Processo administrativo e judicial	491
Capítulo XXV ► REFORMA TRIBUTÁRIA DE 2023.....	493
1. Características Principais	493
2. Sistema “Dual”.....	494
3. Equalização de Regras IBS/CBS.....	494
4. Regimes Diferenciados de Tributação.....	496
5. Fluxo de Transição dos Tributos.....	497

6. Alíquotas de Referência no Período 2027-2033.....	500
7. Fundo Nacional de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiro-Fiscais.....	502
8. Distribuição de Recursos do IBS (2029-2077)	503
Capítulo XXVI ► CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE	507
1. Estrutura	507
2. Disposições Preliminares	507
3. Normas Fundamentais da Relação Tributária	507
4. Bons Pagadores e Devedores Contumazes	511
4.1. Bons Pagadores e Cooperativos	511
4.2. Devedores Contumazes.....	512
5. Programas de Conformidade Tributária e Aduaneira	515
REFERÊNCIAS	517